



SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

08/05/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

MP quer que acidente a caminho do trabalho não seja assumido por empresa

O governo usou a MP (medida provisória) do pente-fino no INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) para propor que não sejam mais consideradas acidente de trabalho aquelas eventualidades que ocorrerem no percurso de casa para a empresa ou no trajeto de volta para a residência.

Aliado do presidente Jair Bolsonaro, o relator da MP, deputado Paulo Martins (PSC-PR), apresentou, nesta terça-feira (7), o parecer pela aprovação do texto, mas com alterações à versão original. O relatório foi produzido em reuniões com técnicos da equipe econômica.

Segundo Martins, já que a reforma trabalhista, aprovada em 2017, não considera como jornada de trabalho o tempo de deslocamento do empregado, a legislação previdenciária tem que se adaptar às novas regras. Por isso, o parecer exclui a possibilidade de que acidentes ocorridos no caminho para a empresa ou para casa sejam equiparados a acidentes de trabalho, que poderiam garantir benefícios e auxílios a trabalhadores.

O secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, confirmou que o relatório do deputado foi construído junto com a equipe econômica. "O que o governo apresentou evidentemente foi assinado pelo governo. O que está lá [no parecer] é porque o governo apresentou o projeto", disse Marinho, que é ex-deputado federal e foi relator da reforma trabalhista aprovada na gestão do ex-presidente Michel Temer. Após as negociações, Martins incluiu também na MP um artigo para que o agressor tenha que ressarcir despesas da Previdência Social com vítimas de violência doméstica.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 08/05/2019

Governo propõe tirar direito de trabalhador que sofrer acidente

A mudança da regra sobre acidente no trajeto de casa para o trabalho poderá levar à perda alguns direitos, entre eles a estabilidade ao ter alta do auxílio e voltar ao trabalho e o depósito do FGTS. Hoje, a principal mudança seria no tipo de auxílio a que o trabalhador tem direito. Atualmente, o acidente sofrido no percurso do trabalho pode gerar o auxílio-doença acidentário. Diferentemente do auxílio-doença previdenciário, o benefício acidentário dá ao segurado a estabilidade no emprego por 12 meses. Além disso, o patrão é obrigado a continuar depositando o FGTS mensal, que é de 8% do salário.

Com a mudança, a responsabilidade deixaria de ser da empresa, como explica o advogado Maurício Pepe De Lion, sócio da área trabalhista do escritório Felsberg. "Neste caso, se o empregado não puder trabalhar, vai ter de pedir o auxílio-doença comum ao INSS", afirma. O pedido teria de ser feito diretamente ao INSS, mas o instituto poderia negar se julgasse pertinente.

Roberto de Carvalho Santos, do Ieprev (Instituto de Estudos Previdenciários), diz que há uma tentativa de "harmonizar" as leis trabalhista e previdenciária, mas "não há dúvidas de que isso geraria prejuízo ao trabalhador". "Hoje, o trabalhador tem direito ao FGTS se gerar um auxílio-doença acidentário, se ficar mais de 15 dias incapacitado, e [também tem direito] à estabilidade provisória. Então, basicamente, seriam esses dois direitos que a empresa não teria de pagar."

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 08/05/2019

Guedes participará de audiência na comissão especial da Previdência

O ministro da Economia, Paulo Guedes, irá à comissão especial que debate na Câmara a reforma da Previdência. A audiência pública será nesta quarta-feira (8), segundo acordo de líderes partidários com o presidente do colegiado, Marcelo Ramos (PR-AM).

O encontro com Guedes e o secretário especial da Previdência, Rogério Marinho, será o primeiro de uma série de audiências públicas. A ida de Guedes à Câmara será a primeira vez que o ministro voltará à Casa depois de ser chamado de "tchutchuca" por Zeca Dirceu (PT-PR) durante reunião na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça). O bate-boca implodiu a sessão e o ministro deixou o colegiado antes do final.

Desta vez, a ida de Guedes foi pedida pelo governo. A oposição queria que o ministro fosse à comissão só no final da tramitação ---por isso, eles articulam que haja uma nova audiência próximo da votação da matéria. O relator da proposta de mudança das regras de aposentadoria, Samuel Moreira (PSDB-SP) propôs que sejam realizados entre 9 e 11 debates, mas centrão e oposição querem estender o prazo para 15 sessões não deliberativas. Além disso, serão realizadas audiências públicas nos estados para debater a proposta de emenda constitucional. Assim, líderes dizem que é difícil que o texto seja votado neste semestre.

Paulinho da Força (SD-SP) afirmou depois de deixar a reunião que o prazo estabelecido pelo governo é apertado. "Tem 49 membros titulares, as sessões são longas", disse. "E além disso tem um outro fator, que é o São João em junho", disse. Durante o período de festas, deputados do Nordeste costumam ficar em suas bases, esvaziando a Câmara. Os deputados afirmaram que o plano de trabalhos não irá prever uma data fixa para a votação do parecer. Apesar disso, o relator reafirmou que pretende apresentá-lo no início de junho.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 08/05/2019

Comissão do Congresso aprova MP do saneamento; texto vai para plenário

Uma comissão formada por deputados e senadores no Congresso aprovou a medida provisória que atualiza o marco legal do saneamento básico no País. A norma, que ainda precisa passar pelos plenários da Câmara e do Senado, é aguardada pelo governo federal e por estatais que poderão ser capitalizadas ou privatizadas.

Sob protestos de sindicatos ligados a empresas públicas, a comissão mista do Congresso aprovou, por 15 votos a 10, o parecer do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que fez uma série de alterações no texto editado pelo governo do ex-presidente Michel Temer. O relator incorporou uma sugestão do Ministério do Desenvolvimento Regional prevendo licitações do setor por blocos de cidades.

Anteriormente, o secretário de Desenvolvimento da Infraestrutura do Ministério da Economia, Diogo Mac Cord de Faria, havia manifestado expectativa das empresas do setor em relação à abertura do mercado com a realização de licitações à iniciativa privada. "Mais da metade dos investidores que nos procuram a cada semana está interessada no setor de saneamento. E o BNDES está pronto para apoiar esses empreendimentos. Os estudos técnicos e de engenharia estão prontos", afirmou.

Fonte: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2019/05/07/comissao-do-congresso-aprova-mp-do-saneamento-texto-vai-para-plenario.htm>